



1º Simulado Especial

TRF 1

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA
AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL - PÓS-EDITAL

Simulado

Simulado Final TRF-1 (TJAA - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial da TRF-1**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zNRTeiUdtqerCZCYA>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/srTn>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

01. Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação.

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado é classificado como adjetivo de estado.

- a) Não tome decisões aborrecido.
- b) Nada mais difícil que a mudança.
- c) Pessoas ignorantes se excedem em confiança.
- d) A imaginação humana é infinita.
- e) Pessoas sábias são uma minoria paciente.

02. Assinale a frase abaixo que não exemplifica a substantivação de um adjetivo.

- a) O proibido me atrai.
- b) O ótimo é inimigo do bom.
- c) A vida nem sempre privilegia os merecedores.
- d) A soberba é a solidão mais solitária.
- e) O machucado da perna piorou.

03. Assinale a frase em que o adjetivo exerce uma função sintática diferente daquela observada nos demais.

- a) A bela paisagem encantou os turistas.
- b) Ele comprou um carro novo.
- c) A cidade antiga preserva suas tradições.
- d) Eles visitaram o famoso museu.
- e) Os turistas sempre acordam cansados.

04. No texto a seguir há a apresentação de uma opinião.

“A Inteligência Artificial (Ia) precisa ser monitorada para garantir segurança, ética e conformidade regulatória, além de otimizar seu desempenho e mitigar impactos sociais. A IA pode apresentar comportamentos imprevisíveis, ser usada de forma maliciosa e perpetuar preconceitos, exigindo supervisão para prevenir danos e discriminação. O monitoramento também assegura transparência, responsabilidade e respeito às leis de proteção de dados, como o GDPR, além de garantir a qualidade e precisão de suas operações, corrigindo erros rapidamente. Além disso, a automação impulsionada pela IA pode afetar o mercado de trabalho e o meio ambiente, o que exige acompanhamento para mitigar impactos negativos e promover uma transição justa e sustentável”.

Em relação ao procedimento de apresentação da opinião presente no texto acima, é correto afirmar que o argumentador:

- a) apresenta sua própria opinião;
- b) apresenta uma opinião como geral;
- c) apresenta uma opinião alheia;
- d) apresenta e comenta uma opinião;
- e) confronta diversas opiniões.

05. Assinale a alternativa em que a preposição é exigida por um termo anterior.

- a) "A paciência de Jó é uma virtude inestimável."
- b) "A coragem de um leão é o que faz a diferença."
- c) "A esperança de um futuro melhor mantém a chama acesa."
- d) "A beleza do pôr do sol traz paz ao coração."
- e) "A sabedoria dos anciãos deve ser valorizada."

06. A ordem dos termos em um sintagma nominal é relevante para a análise do sentido e da classe dos seus constituintes. No segmento “*determinados valores*”, a inversão dos termos causaria mudança de sentido e de classe gramatical. Assinale a alternativa em que isso também ocorre.

- a) história triste
- b) renomado autor
- c) pobre mulher
- d) bom atirador
- e) várias soluções

07. Está grafado incorretamente o vocábulo:

- a) seguro-desemprego;
- b) sub-desenvolvido;
- c) intra-auricular;
- d) super-reforçado;
- e) antidemocrático.

08. A ambiguidade é uma situação em que uma palavra, frase ou expressão pode ser interpretada de mais de uma forma, podendo levar a um significado diferente. Assinale a alternativa em que não ocorre ambiguidade:

- a) Professor e aluno debateram muito; este, inclusive, se descontrolou.
- b) A demissão do gerente causou mal-estar na empresa.
- c) Encontramos o cachorro estressado sob a cama.
- d) O policial nega ter agredido o ladrão em sua casa.
- e) Eles são empresários de jogadores muito promissores.

09. Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no particípio.

Assinale a opção que mostra uma forma inadequada de particípio.

- a) pagar / pagado e pago.
- b) entregar / entregado e entregue.
- c) imprimir / imprimido e impresso.
- d) chegar / chegado e chego.
- e) expressar / expressado e expresso.

10. Falácias são raciocínios inválidos ou enganosos que parecem corretos à primeira vista, mas que, ao serem analisados mais detalhadamente, revelam-se falhos. Elas podem ser utilizadas de maneira intencional, para enganar ou manipular, ou de maneira acidental, por falta de conhecimento sobre lógica ou argumentação.

Tendo esse conceito em vista, considere o seguinte argumento: *"Todos os grandes escritores leem compulsivamente. Carlos lê compulsivamente, portanto ele deve ser um grande escritor."*

Assinale entre as alternativas abaixo um comentário adequado sobre uma falácia contida no raciocínio exposto.

- a) Apelo à autoridade - O argumento utiliza a opinião de uma figura de autoridade para validar uma afirmação. Exemplo: "O renomado cientista Dr. Smith afirma que a teoria é verdadeira, portanto deve ser verdade."
- b) Generalização precipitada - Extrapolando uma conclusão a partir de uma amostra não representativa. Exemplo: "Experimentei um restaurante chinês ruim, logo todos os restaurantes chineses devem ser ruins."
- c) Argumento ad hominem - Ataca o caráter ou a credibilidade da pessoa que faz o argumento, em vez de refutar o argumento em si. Exemplo: "Não podemos aceitar as propostas do político X, pois ele é conhecido por ser corrupto."
- d) Falsa dicotomia - Apresenta apenas duas alternativas como se fossem as únicas possíveis, ignorando outras possibilidades. Exemplo: "Se não apoiar essa medida, você é contra o progresso da nação."
- e) Causa falsa - Assume erroneamente que uma coisa é a causa de outra sem evidências adequadas para tal afirmação. Exemplo: "O aumento no consumo de sorvete está relacionado ao aumento no número de afogamentos."

Observe o texto a seguir.

Transtorno de personalidade é um conjunto de doenças psiquiátricas caracterizadas por desvios de comportamento bem rígidos e mal ajustados que prejudicam a forma que o paciente lida com seus impulsos e com as pessoas ao redor. O problema é dividido em três grupos principais que possuem características semelhantes.

Classe A (personalidades excêntricas). Aqui, existem os transtornos de personalidade paranoide, esquizoide e a esquizotípica. Em geral, as pessoas que possuem alguns desses transtornos sofrem com falta de confiança em outras pessoas e não existem muitas expressões emocionais.

No entanto, há algumas diferenças. Pessoas com o transtorno paranoide costumam ser hostis e agressivas, por ter uma tendência a sempre achar que vai ser enganada e sendo assim, desconfiam das pessoas.

As pessoas com o transtorno esquizoide são indiferentes a relações pessoais, não tendo nenhuma vontade de interagir com outros indivíduos. No caso da esquizotípica, elas podem ter um comportamento excêntrico, pensamentos e crenças incomuns ou bizarras, sentimento de desconforto em ambientes sociais e dificuldade para ter relacionamentos íntimos.

Classe B (personalidades dramáticas). Existem quatro transtornos relacionados com esse tipo de personalidade. Elas se destacam pela falta de respeito com outras pessoas, geralmente o paciente não demonstra remorso por suas atitudes, mas também possuem suas diferenças.

Por exemplo, quem possui o transtorno de personalidade antissocial não consegue reconhecer os sentimentos e necessidade de outros, podendo agredir, roubar e mentir repetidamente para as pessoas, além de poder ter comportamentos ilegais.

Esse tipo é o completo oposto da personalidade narcisista, que, apesar de agir parecido em alguns pontos com a personalidade antissocial nos quesitos de pouca empatia ou preocupação com outras pessoas, possuem uma autoestima elevada e uma necessidade de autoafirmação, bem como fantasias de sucesso, beleza ou poder.

Já os transtornos de histriônica e borderline se relacionam pelo drama e emotividade. Pessoas que possuem personalidade histriônica são altamente emotivas e dramáticas, precisando sempre de aprovação

e atenção excessiva. Já as características da borderline incluem o medo de ser abandonado, assim como relacionamentos intensos e instáveis, podendo estar acompanhado de comportamento autodestrutivo e sentimento de vazio crônico.

Classe C (personalidades ansiosas). Nessa classe, há conhecimento de três transtornos de personalidades de pessoas ansiosas, em que persiste um sentimento de inadequação e os pacientes são pouco abertos a mudanças.

Pacientes com o transtorno de personalidade esquiava são tímidos e isolados socialmente, e evitam a interação social, sendo extremamente sensíveis aos julgamentos negativos dos outros, podendo ter sentimentos de inadequação.

Alguns traços da personalidade obsessivo-compulsiva são de pessoas preocupadas com regras e ordem e que valorizam o trabalho acima de outros aspectos da vida, fazendo com que sejam perfeccionistas e sentido uma necessidade de estar no controle. É importante ressaltar que ela não tem relação com o transtorno obsessivo-compulsivo, que é uma forma de transtorno de ansiedade.

No caso do transtorno de personalidade dependente, a pessoa sente a necessidade de ser cuidado e tem medo de estar sozinho, bem como possui a dificuldade de ficar longe de seus entes queridos ou tomar decisões por conta própria. Quem tem o problema pode ser submisso e tolerar relações abusivas.

<https://www.rededorsaoluz.com.br/doencas/transtorno-de-personalidade>

11. Sobre a estruturação e as informações contidas no texto, assinale a alternativa incorreta.

- a) O texto começa com uma definição clara do que é transtorno de personalidade, destacando que são distúrbios psiquiátricos que afetam a forma como os indivíduos interagem com os outros e controlam seus impulsos. Também informa que os transtornos são divididos em três categorias principais, estabelecendo a estrutura que será seguida ao longo do texto;
- b) O texto aborda os transtornos paranoide, esquizoide e esquizotípico. Cada um é descrito de forma detalhada, mostrando suas peculiaridades. Por exemplo, o transtorno paranoide está associado à desconfiança e hostilidade, enquanto o esquizoide envolve isolamento social e indiferença. Já o esquizotípico é caracterizado por comportamentos excêntricos e dificuldades em interações sociais.;
- c) No segmento "Personalidades Ansiosas", o foco são os transtornos que envolvem medo e ansiedade, como o transtorno de personalidade esquiava, obsessivo-compulsiva e dependente. O texto esclarece as características de cada transtorno, como o medo de rejeição social na personalidade esquiava e a obsessão com ordem na obsessivo-compulsiva, destacando que esta última não deve ser confundida com o transtorno obsessivo-compulsivo (TOC).
- d) O autor explica que as personalidades desse grupo são marcadas por comportamentos dramáticos e falta de empatia, detalhando os transtornos antissocial, narcisista, histriônico e borderline. As descrições realçam as diferenças e semelhanças entre esses transtornos, como a dificuldade de sentir empatia (no caso dos transtornos antissocial e narcisista) e o medo de abandono e os relacionamentos instáveis no borderline;
- e) Embora o texto cubra uma ampla variedade de transtornos, estes são discutidos com profundidade e detalhamento, especialmente em termos de tratamento ou impacto na vida cotidiana do paciente.

12. Uma inferência inválida a partir das informações apresentadas no texto sobre os transtornos de personalidade é que:

- a) Indivíduos com transtorno de personalidade paranoide tendem a apresentar comportamentos agressivos devido à sua desconfiança exacerbada dos outros.
- b) A característica comum aos transtornos da classe C é o forte componente de ansiedade, o que leva os indivíduos a apresentarem comportamentos que evitam mudanças ou novas interações sociais.
- c) O transtorno de personalidade esquizotípica, apesar de pertencer à mesma classe que o transtorno esquizoide, diferencia-se por incluir comportamentos e crenças excêntricas.
- d) O transtorno de personalidade borderline é caracterizado por relações instáveis e comportamentos autodestrutivos, sendo o medo do abandono um fator-chave nesse transtorno.
- e) A obsessão por regras e perfeição no transtorno de personalidade obsessivo-compulsiva gera a condição também conhecida como transtorno obsessivo-compulsivo, uma vez que essas pessoas priorizam regras, ordem e o trabalho acima de outros aspectos da vida e conseqüentemente sejam perfeccionistas e controladoras.

13. No que se refere à pouca propensão à interação social, são semelhantes as personalidades:

- a) esquivas e esquizoides;
- b) esquizoides e borderline;
- c) histriônicas e borderline;
- d) dramáticas e narcisistas;
- e) esquivas e esquisitas.

14. *Pacientes com o transtorno de personalidade esquiva são tímidos e isolados socialmente, e evitam a interação social, sendo extremamente sensíveis aos julgamentos negativos dos outros, podendo ter sentimentos de inadequação.*

Esse segmento textual deve estar inserido no modo expositivo de organização discursiva.

Uma marca que caracteriza esse modo de organização é a

- a) apresentação de uma série de fatos cronologicamente sucessivos que dão conta de um período de tempo.
- b) exposição de um tema de forma coerente, ordenada e clara, de modo que possa ser lido com fluidez e interpretado com facilidade.
- c) indicação de um conjunto de traços de uma realidade qualquer de forma que a possamos identificar.
- d) defesa de uma ideia diante de uma realidade que permite mais de um posicionamento ideológico.
- e) demonstração de uma ideia apoiada em diferentes meios de comprovação ou apoio para convencimento do leitor.

15. Assinale a frase em que a grafia do “porquê” está correta.

- a) Todos sabem **por que** devem trabalhar.
- b) Queria saber **porque** as pessoas boas nem sempre vencem.
- c) Tenha muita paciência, **por que** existe o código penal.
- d) Desejo entender **por quê** não há criminosos em terapia.
- e) O homem criou religiões **porquê** ficou sem respostas científicas.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

16. Um servidor do TRF1 apresenta um determinado valor X em reais guardado embaixo do seu colchão. Desse valor, ele retirou 20% para presentear a sua sogra. Do valor restante, o servidor retirou 30% para presentear a sua mulher. O valor que restou embaixo do seu colchão, como percentual do valor original X, é:

- a) 56%
- b) 54%
- c) 52%
- d) 50%
- e) 46%

17. As fotografias de 60 servidores de certa vara do TRF1 serão dispostas em uma parede, arrumadas em um formato retangular com determinado número de linhas e colunas. Sabe-se que a disposição das fotografias deve ter pelo menos 3 linhas e pelo menos 3 colunas.

O número de formatos diferentes (número de linhas e número de colunas) que a disposição das fotografias poderá ter é:

- a) 5
- b) 6
- c) 7
- d) 8
- e) 10

18. Considere a afirmação a seguir:

“Se não estudo para concursos públicos, então sou um ser humano feliz.”

Analise, a seguir, três novas afirmações:

- I. Se estudo para concursos públicos, então não sou um ser humano feliz.
- II. Se sou um ser humano feliz, então não estudo para concursos públicos.

III. Se não sou um ser humano feliz, então estudo para concursos públicos.

Assinale a opção que indica a(s) afirmação(ões) que é(são) equivalente(s) à inicial.

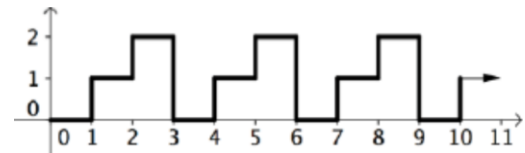
- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

19. Joaquim é mais baixo do que Amélia. Paulo não é mais baixo do que Amélia. Débora não é mais alta do que Joaquim.

É correto concluir que:

- a) Amélia é mais alta do que Paulo;
- b) Paulo é mais baixo do que Joaquim;
- c) Débora é mais alta do que Amélia;
- d) Joaquim é mais baixo do que Paulo;
- e) Débora é mais alta do que Paulo.

20. Considere o percurso representado parcialmente no sistema de coordenadas a seguir:



Ao percorrer um comprimento de 200 unidades ao longo desse percurso a partir da origem, o ponto final será:

- a) (84; 0)
- b) (85; 0)
- c) (85; 1)
- d) (86; 1)
- e) (86; 2)

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE*André Rocha*

21. O artigo 225 da Constituição Federal do Brasil, inserido no Título VIII, que trata da Ordem Social, dispõe sobre a proteção do meio ambiente, estabelecendo-o como um direito de todos e um dever tanto do poder público quanto da coletividade. Tal dispositivo afirma que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Sobre as incumbências do poder público em relação à preservação ambiental, é correto afirmar que

- a) os biocombustíveis e o hidrogênio de baixa emissão de carbono deve ter regime fiscal favorecido, a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis.
- b) a fauna e a flora devem ser preservadas, sendo vedadas práticas de exploração vegetal e animal no Brasil.
- c) são vedadas a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- d) em todas as unidades da Federação deve haver espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente por meio de ato do poder público, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- e) é incondizente com os preceitos constitucionais a existência de entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético ambiental brasileiro.

22. A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), sendo um marco regulatório no Brasil

voltado para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas e a promoção de ações de desenvolvimento sustentável. Essa legislação alinha o Brasil aos esforços globais para enfrentar os desafios climáticos, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos voltados à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à adaptação às mudanças climáticas.

I – compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático;

II - estratégias integradas de mitigação e adaptação à mudança do clima nos âmbitos local, regional e nacional;

III - estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões - MBRE.

São objetivos da PNMC os indicados no(s) item(ns):

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

23. Joana, servidora do TRF-1 e estudiosa da área ambiental, foi convidada a fazer parte da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) daquele órgão, regrado pela Resolução CNJ nº 400/2021. Ao estudar a referida norma, Joana descobriu que a Comissão Gestora do PLS possui como uma de suas competências a de

- a) elaborar o PLS em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do Plano.
- b) monitorar os indicadores e as metas do PLS.
- c) elaborar, em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, as ações constantes do plano de ações e monitorá-las.
- d) sugerir tarefas e iniciativas às unidades para o alcance das metas do PLS e realização das ações propostas no plano de ações.
- e) elaborar relatório de desempenho anual do PLS.

24. O Município Alfa, de quinze mil habitantes, integrante de uma Região Metropolitana, nomeou a Engenheira Ambiental Andreia, aprovada em concurso público, para atuar na gestão dos resíduos sólidos do município.

Ao chegar na Prefeitura em seu primeiro dia de trabalho, Andreia ficou sabendo que o município ainda não havia implantado a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, embora houvesse plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e previsão de mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira. Desse modo, tais materiais eram encaminhados para um lixão em vez de serem encaminhados a um aterro sanitário.

Ao perceber tal situação, Andreia foi no gabinete do Prefeito e informou-o, corretamente, que

- a) Como se trata de município com menos de vinte mil habitantes, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implementada até 31 de dezembro de 2024.
- b) Por fazer parte de uma Região Metropolitana, haver plano de resíduos sólidos e mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deveria ter sido implementada até 2 de agosto de 2021.
- c) Como se trata de município com menos de vinte mil habitantes, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implementada até 2 de agosto de 2024.
- d) Por fazer parte de uma Região Metropolitana, haver plano de resíduos sólidos e mecanismos de cobrança que garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deveria ter sido implementada até 2 de agosto de 2024.
- e) Como se trata de município com menos de cinquenta mil habitantes, a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implementada até 2 de agosto de 2024.

25. O Decreto nº 10.936/2022 consolida e aprimora as diretrizes para a gestão integrada de resíduos sólidos em todo o território nacional, incluindo mecanismos para promover a logística reversa, a economia circular, a responsabilidade compartilhada e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Ele detalha ainda os papéis e responsabilidades de diferentes atores no processo de gestão, como a União, Estados, Municípios, setor privado e sociedade civil.

Segundo o art. 30 do referido Decreto, na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, será observada a seguinte ordem de prioridade:

- I - _____ de resíduos sólidos;
- II - _____ de resíduos sólidos;
- III - _____ de resíduos sólidos;
- IV - _____ de resíduos sólidos;
- V - tratamento de resíduos sólidos; e
- VI - disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- a) Redução, Não geração, Reciclagem e Reúso.
- b) Reutilização, Não geração, Reciclagem e Redução.
- c) Não geração, Redução, Reutilização e Reciclagem.
- d) Não geração, Redução, Reciclagem e Reutilização.
- e) Não geral, Reciclagem, Reutilização e Redução.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

26. João, morador de uma cidade no interior do Brasil, foi processado por um artigo que publicou em seu blog, no qual criticava duramente a administração pública local, afirmando que o prefeito e sua equipe estavam envolvidos em práticas de corrupção. O prefeito entrou com uma ação por danos morais, alegando que as críticas de João são infundadas e afetaram sua reputação. João, por sua vez, argumenta que estava exercendo seu direito constitucional de liberdade de expressão.

Com base nos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre o caso

- a) João está sujeito à condenação por danos morais, uma vez que a Constituição garante a proteção à honra e à imagem das pessoas, inclusive de agentes públicos, sendo vedado qualquer tipo de crítica a essas autoridades.
- b) João pode ser responsabilizado por danos morais, pois a liberdade de expressão é limitada pela necessidade de comprovar as acusações contra o prefeito antes de manifestá-las, uma vez que críticas infundadas violam o direito à honra.
- c) João não pode ser processado, pois a liberdade de expressão é um direito absoluto garantido pela Constituição, prevalecendo sobre quaisquer outros direitos individuais, incluindo a honra.
- d) João está protegido pelo direito à liberdade de manifestação do pensamento, mas pode ser responsabilizado por danos morais se ficar comprovado que suas afirmações são falsas e ofensivas, pois a liberdade de expressão não é um direito absoluto.
- e) João pode ser processado, pois a Constituição Federal não prevê a liberdade de expressão como um direito amplo e irrestrito, especialmente quando envolve agentes públicos e figuras políticas, pois a imagem deles prevalece sobre a liberdade de expressão.

27. Carlos foi preso em flagrante por um crime de pequeno potencial ofensivo. No momento da prisão, a autoridade policial negou-lhe o direito de comunicar o fato à sua família e de acessar um advogado, alegando que ele deveria permanecer incomunicável até o fim da investigação, para evitar que atrapalhasse a coleta de provas. Diante dessa situação, Carlos entrou com uma ação judicial alegando a violação de seus direitos fundamentais.

Com base nos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) A autoridade policial agiu corretamente ao impedir a comunicação de Carlos, pois o interesse da investigação justifica a restrição temporária ao direito de comunicação do preso.
- b) Carlos tem o direito de permanecer incomunicável durante o período de investigação, desde que não ultrapasse 48 horas, conforme prevê o artigo 5º da Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal assegura a todos os presos o direito à comunicação com seus familiares e advogados, sendo vedada a incomunicabilidade em qualquer circunstância.
- d) A autoridade policial pode manter Carlos incomunicável durante as primeiras 24 horas da prisão, se isso for necessário para a preservação da investigação criminal.
- e) A comunicação com familiares pode ser negada pela autoridade policial, mas o direito de acesso a um advogado deve ser sempre garantido.

28. Ana é servidora pública e, por convicção religiosa, se recusa a trabalhar aos sábados, alegando que esse é um dia sagrado de sua fé. A administração pública, por sua vez, afirma que a presença dela no serviço aos sábados é obrigatória, visto que sua função exige plantões semanais, inclusive aos fins de semana. Ana foi advertida por não comparecer ao trabalho em mais de uma ocasião. Sobre o caso e com base nas normas previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Ana tem o direito absoluto de se recusar a trabalhar aos sábados por motivo de crença religiosa e não pode sofrer nenhuma sanção administrativa ou judicial por isso.
- b) Ana tem direito à escusa de consciência por motivo de crença religiosa, mas deve arcar com as consequências legais, como a substituição de sua função ou compensação de horários.
- c) A escusa de consciência por motivo religioso não se aplica a servidores públicos, pois estes devem seguir as normas de funcionamento da administração pública, independentemente de suas convicções pessoais.
- d) Ana não tem direito à escusa de consciência, pois o artigo 5º, inciso VIII, só prevê essa possibilidade em caso de convocação para o serviço militar obrigatório.
- e) A administração pública pode obrigar Ana a trabalhar aos sábados, já que as convicções religiosas não podem interferir no regular funcionamento dos serviços essenciais à coletividade.

29. Lucas nasceu na França, filho de pais brasileiros que estavam no país a trabalho pela empresa que trabalhavam no Brasil. Após alguns anos, a família retornou ao Brasil, onde Lucas passou a viver e estudar. Ao atingir a maioridade, Lucas desejou saber sua situação jurídica em relação à sua nacionalidade, uma vez que nasceu fora do Brasil, mas seus pais são brasileiros. Sobre o caso, assinale a alternativa correta

- a) Lucas não é brasileiro nato, pois nasceu no exterior e só pode obter a nacionalidade brasileira mediante naturalização.
- b) Lucas é considerado brasileiro nato, pois, embora tenha nascido no exterior, é filho de brasileiros que estavam a serviço do governo brasileiro.
- c) Lucas é estrangeiro, mas pode se tornar brasileiro nato, a qualquer tempo, se optar pela nacionalidade brasileira.
- d) Lucas não pode ser considerado brasileiro nato, pois somente filhos de brasileiros nascidos no Brasil têm essa condição automaticamente assegurada pela Constituição.
- e) Lucas é considerado brasileiro naturalizado, pois nasceu no exterior, e a Constituição não prevê a atribuição de nacionalidade brasileira aos filhos de brasileiros nascidos fora do país.

30. O Estado de São Pedro, um dos entes da federação brasileira, decidiu aprovar uma lei estadual para regulamentar a criação de novas regras eleitorais para a escolha de vereadores e prefeitos em seu território. O governador argumenta que, por ser uma unidade federativa autônoma, o Estado tem competência para legislar sobre essa matéria. Diversos partidos políticos ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) alegando que a referida lei é inconstitucional.

Com base na Organização Político-Administrativa prevista na da Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) O Estado de São Pedro pode legislar sobre regras eleitorais municipais, pois a Constituição Federal reconhece a autonomia dos estados e municípios para organizarem suas próprias eleições.
- b) O Estado de São Pedro não pode legislar sobre normas eleitorais, pois essa competência é exclusiva da União, conforme previsto na Constituição Federal.
- c) A competência para legislar sobre questões eleitorais municipais é concorrente entre a União, os Estados e os Municípios, sendo permitido ao Estado suplementar a legislação da União.
- d) O Estado de São Pedro pode criar regras eleitorais para seus municípios, desde que tais regras não entrem em conflito com a legislação federal já existente.
- e) A Constituição Federal permite aos estados legislar sobre eleições municipais quando não houver uma lei federal que trate da matéria.

31. Joaquim, segurado do INSS, ingressou com uma ação judicial contra a Instituto Nacional do Seguro Social, para discutir benefício previdenciário. O processo foi distribuído para a Justiça Estadual do seu estado de domicílio, uma vez que ele não encontrou Varas Federais na Comarca de seu domicílio. Após a decisão em primeira instância, Joaquim e a União recorreram da sentença. A respeito do caso, indique a alternativa que contém o tribunal adequado para julgamento do recurso.

Com base nas normas constitucionais sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta

- a) O recurso deverá ser julgado pelo Tribunal de Justiça do estado, já que a ação foi inicialmente distribuída na Justiça Estadual, por ausência de Vara Federal.
- b) O recurso deverá ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, pois a matéria envolve interpretação de lei federal.
- c) O recurso deverá ser julgado pelo Tribunal Regional Federal, uma vez que a competência para julgar causas envolvendo a União é da Justiça Federal, e a ação foi distribuída à Justiça Estadual apenas por força da inexistência de Vara Federal.
- d) O recurso deverá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, pois a matéria diz respeito à União e à Constituição Federal.
- e) O recurso deverá ser julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho, pois a ação envolve questões pertinentes ao direito do trabalho.

32. O Poder Legislativo exerce papel fundamental na estrutura do Estado brasileiro, desempenhando funções legislativas e de controle. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sendo que ambos possuem mandatos de 8 anos para seus membros.
- b) O processo legislativo ordinário inclui a iniciativa, discussão, votação, sanção ou veto, promulgação e publicação das leis.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal a iniciativa de leis ordinárias que tratem sobre o sistema financeiro nacional e orçamento da União.
- d) A Câmara dos Deputados é composta por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional, enquanto o Senado Federal representa o povo, sendo seus membros eleitos pelo sistema majoritário.
- e) O Poder Legislativo, no âmbito federal, pode delegar ao Poder Executivo a edição de emendas constitucionais em casos de urgência e relevância, mediante lei delegada.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

33. O prefeito de um município pequeno, ao inaugurar uma obra de grande importância para a cidade, decidiu colocar uma placa na entrada do local com seu nome e uma frase que dizia: “Obra realizada graças ao empenho e dedicação do prefeito João Silva, para o bem de todos os cidadãos”. A população do município, ao perceber o ato, questionou a legalidade dessa publicidade. Com base nos princípios constitucionais administrativos, é correto afirmar que:

- a) o ato está de acordo com o princípio da impessoalidade, uma vez que o nome do prefeito serve apenas para identificar a autoridade responsável pela execução da obra.
- b) o princípio da impessoalidade admite a promoção pessoal de autoridades públicas em obras, desde que a obra atenda ao interesse público de forma clara e tenha sido iniciada e concluída na gestão atual.
- c) a ação do prefeito viola o princípio da impessoalidade, que veda a promoção pessoal de autoridades, uma vez que os atos administrativos devem ser imputados ao ente público, e não ao agente.
- d) o princípio da impessoalidade impede qualquer menção à autoridade pública em qualquer ato administrativo, seja de forma direta ou indireta.
- e) a Constituição não faz qualquer menção à proibição de promoção pessoal em atos administrativos, desde que o agente público tenha contribuído significativamente para o projeto.

34. Carlos é servidor público federal e foi recentemente eleito vereador em seu município. Diante dessa situação, Carlos precisa decidir se continuará no cargo público e, se for o caso, como será sua remuneração. Com base nas disposições da Lei 8.112/90, sobre o exercício de mandato eletivo por servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) Carlos deverá ser afastado de seu cargo público, uma vez que o mandato eletivo, em qualquer situação, exige o afastamento total do servidor.
- b) se houver compatibilidade de horários entre o cargo de vereador e o cargo público, Carlos poderá exercer ambos os cargos, percebendo as vantagens do cargo público sem prejuízo da remuneração de vereador.
- c) se Carlos optar por permanecer no cargo público, deverá abrir mão da remuneração do mandato eletivo, pois a Lei 8.112/90 veda a acumulação de remunerações.
- d) ao ser eleito vereador, Carlos perderá automaticamente o direito de optar pela remuneração do cargo público, sendo obrigado a se afastar do cargo público sem receber remuneração.
- e) mesmo havendo incompatibilidade de horários entre os dois cargos, Carlos poderá continuar exercendo ambos, bastando que abra mão de uma das remunerações.

35. Joana é uma servidora pública que tomou posse no cargo de analista no início do ano. Contudo, após um ano de exercício, ela não apresentou a atualização anual da sua declaração de bens e rendimentos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, conforme exigido pela Lei de Improbidade Administrativa. Ao ser notificada, Joana argumentou que a ausência dessa atualização foi um simples esquecimento, e que não via relevância em tal exigência, já que, segundo ela, seus bens não haviam mudado desde sua posse. Com base nas disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), é correto afirmar que:

- a) Joana poderá ser demitida se não prestar a declaração de bens no prazo determinado.
- b) Joana não poderá ser demitida, já que não houve alteração em seus bens desde a última declaração, e a exigência da lei se aplica apenas em casos de mudança patrimonial.
- c) a não apresentação da declaração de bens no prazo determinado gera advertência, sendo a demissão aplicada somente em caso de enriquecimento ilícito comprovado.
- d) Joana poderá regularizar sua situação a qualquer tempo, pois a Lei não estipula prazo rígido para a atualização da declaração de bens.
- e) a apresentação da declaração de bens é opcional, sendo exigida apenas em casos de apuração de enriquecimento ilícito.

36. Determinado chefe do Executivo decide, por meio de decreto, conceder autorização para a realização de evento cultural anual na praça principal da cidade. O ato foi considerado válido e foi emitido em conformidade com todas as exigências legais, sendo de natureza discricionária. Contudo, meses após a concessão da autorização, um novo gestor assume o cargo e entende que o evento cultural não é mais conveniente para o interesse público local, especialmente devido a novas diretrizes de políticas públicas focadas em preservar a tranquilidade do espaço público. Diante disso, o novo prefeito revoga a autorização concedida. Com base nos conceitos sobre revogação de atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) a revogação da autorização pelo novo prefeito foi ilegal, pois o ato anterior não apresentava vício de legalidade.
- b) o ato de revogação é nulo, pois o Poder Judiciário deveria ter sido consultado antes da revogação de qualquer ato discricionário da Administração.
- c) o ato de revogação somente pode produzir efeitos *ex tunc*, de modo que todos os efeitos anteriores da autorização também foram desfeitos.
- d) a revogação foi legítima, pois o ato anterior era discricionário e a conveniência e oportunidade da manutenção do evento podem ser reavaliadas pela Administração.
- e) a revogação de um ato administrativo só pode ser realizada em atos vinculados, uma vez que esses não envolvem juízo de mérito.

37. João, cidadão que deseja regularizar a situação de um imóvel de sua propriedade, encaminhou requerimento para a Secretaria de Urbanismo de sua cidade, solicitando a análise e aprovação do projeto. No entanto, ele esqueceu de indicar o endereço do imóvel no requerimento e não anexou cópia de sua identidade. O servidor responsável pelo atendimento informou a João de que o pedido não seria aceito, devido à falta de alguns documentos essenciais, mas não motivou o ato nem indicou exatamente quais seriam os documentos faltantes. João argumentou que deveria ao menos ter recebido orientações para corrigir as falhas no pedido. Com base nos princípios e disposições da Lei nº 9.784/99, assinale a alternativa correta:

- a) a Secretaria agiu corretamente ao recusar o recebimento do requerimento de João, já que o pedido não estava completo e faltavam documentos essenciais.
- b) o servidor deveria ter aceitado o pedido de João, independentemente das falhas, uma vez que a Lei nº 9.784/99 não exige que o requerimento inicial seja completo.
- c) a Secretaria poderia recusar o pedido de João apenas se lhe oferecesse um modelo padronizado para o requerimento que suprisse as falhas encontradas.
- d) a recusa do servidor foi indevida, pois ele deveria ter orientado João sobre as falhas no requerimento e possibilitado a correção, conforme previsto na Lei nº 9.784/99.
- e) o requerimento de João deveria ser aceito sem questionamentos, já que a Administração não pode, em nenhuma hipótese, recusar pedidos de cidadãos.

38. O Congresso Nacional aprovou uma lei que estabelece diretrizes gerais para a regulação da segurança cibernética no Brasil, mas deixou em aberto vários aspectos técnicos que, segundo o texto da lei, deveriam ser regulamentados por um órgão específico do Poder Executivo. O órgão responsável foi autorizado pela lei a editar normas complementares que para tratar de procedimentos técnicos para a proteção de dados pessoais em plataformas digitais, conforme a evolução das tecnologias. O órgão, então, passou a editar regulamentos estabelecendo requisitos técnicos para a proteção de dados, inovando em aspectos não detalhados pela lei. Com base na descrição dos regulamentos autorizados e nas disposições sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) os regulamentos editados pelo órgão são inconstitucionais, uma vez que o Poder Executivo não pode inovar na ordem jurídica por meio de regulamentos, que têm função apenas de detalhar o conteúdo das leis.
- b) a edição de regulamentos autorizados pelo órgão é válida, desde que haja autorização legal expressa e que o legislador tenha estabelecido diretrizes gerais sobre o tema na lei.
- c) o órgão responsável só pode editar regulamentos que repitam o texto da lei aprovada pelo Congresso, não podendo, de forma alguma, inovar no conteúdo normativo.
- d) a Constituição Federal prevê expressamente a figura dos regulamentos autorizados, que são equiparados às leis delegadas, podendo ser modificados apenas por meio de outra lei.
- e) o órgão pode editar regulamentos sem autorização legal específica, uma vez que a regulamentação de aspectos técnicos não precisa ser precedida de lei.

39. Durante uma grave enchente que atingiu a cidade Gama, várias pessoas foram designadas pelo poder público para coordenar abrigos e organizar o resgate de moradores, atuando em nome do Estado sem serem agentes públicos regulares. Após a crise, essas pessoas continuaram exercendo suas atividades até que novos agentes fossem formalmente nomeados para essas funções. Em paralelo, foi identificado que um servidor, nomeado para um cargo público sem ter sido aprovado em concurso, praticou atos administrativos por um período, sem que a ilegalidade de sua investidura fosse questionada de imediato. Com base nas informações apresentadas e na classificação dos agentes de fato, assinale a alternativa correta:

- a) as pessoas designadas durante a enchente são consideradas agentes putativos, pois atuaram sem investidura regular e em situação de emergência.
- b) o servidor nomeado sem concurso público é considerado um agente necessário, uma vez que a situação excepcional justificou sua atuação.
- c) as pessoas que atuaram na enchente são classificadas como agentes necessários, e os atos que praticaram são, em regra, válidos, cabendo responsabilidade civil do Estado em caso de prejuízos a terceiros.
- d) o servidor que atuou sem aprovação em concurso público é considerado um agente necessário, e todos os atos que praticou são nulos.
- e) os atos praticados por agentes de fato, em qualquer situação, são considerados inválidos, uma vez que não há investidura regular.

40. Uma empresa foi contratada para realizar obras de manutenção em um prédio público, conforme contrato firmado com base na Lei 14.133/2021. Durante a execução, a Administração Pública não conseguiu cumprir suas obrigações contratuais, como a entrega dos materiais necessários, levando à paralisação da obra e à consequente extinção do contrato. A empresa prejudicada buscou reparação pelos danos sofridos e questionou quais direitos lhe seriam garantidos pela lei. Nos termos da Lei 14.133/2021, no caso de extinção do contrato em decorrência de culpa exclusiva da Administração, a contratada terá direito:

- a) somente à devolução da garantia prestada, uma vez que o contrato foi extinto antes da sua conclusão.
- b) ao ressarcimento dos prejuízos comprovados e à devolução da garantia, sem direito a outros pagamentos.
- c) ao ressarcimento pelos prejuízos comprovados, à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução até a extinção e ao pagamento do custo da desmobilização.
- d) apenas aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da extinção, sem devolução de garantias.
- e) ao ressarcimento pelos prejuízos comprovados, à devolução da garantia e ao pagamento do custo da desmobilização, excluindo os valores devidos pela execução do contrato.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SEGURANÇA DE DIGNATÁRIOS

Alexandre Herculano

41. Na segurança de dignitários, o conceito de "Formação Diamante" refere-se a:

- a) Uma tática de evacuação rápida em caso de ameaça iminente
- b) Um padrão de disposição dos agentes ao redor do dignitário durante deslocamentos
- c) Uma técnica de comunicação codificada entre os membros da equipe de segurança
- d) Um método de treinamento para aprimorar a precisão do tiro dos agentes
- e) Uma estratégia de desinformação para confundir possíveis ameaças

42. Qual das seguintes afirmações melhor descreve o conceito de "Zona Estéril" na segurança de dignitários?

- a) Área onde os agentes de segurança realizam a descontaminação de seus equipamentos
- b) Região onde são realizados os testes de detecção de explosivos e materiais perigosos
- c) Espaço designado para briefings confidenciais entre a equipe de segurança
- d) Perímetro imediato ao redor do dignitário, rigorosamente controlado e monitorado
- e) Local onde são armazenadas as armas e equipamentos não utilizados durante a missão

43. No contexto da segurança de dignitários, o que se entende por "Contra-vigilância Ativa"?

- a) Uso de tecnologia de ponta para neutralizar dispositivos de vigilância inimigos
- b) Treinamento dos agentes para resistir a interrogatórios em caso de captura
- c) Monitoramento constante das atividades da própria equipe de segurança
- d) Técnica de desinformação para confundir potenciais ameaças
- e) Detecção e neutralização de tentativas de vigilância hostil contra o dignitário

44. O conceito de "Inteligência Preventiva" na segurança de dignitários está mais estreitamente relacionado a:

- a) Uso de tecnologia de inteligência artificial para prever comportamentos ameaçadores
- b) Coleta e análise proativa de informações para antecipar e neutralizar ameaças potenciais
- c) Treinamento psicológico dos agentes para prever reações do dignitário em situações de estresse
- d) Implementação de sistemas de vigilância de última geração em todos os locais visitados
- e) Desenvolvimento de perfis psicológicos detalhados de todos os indivíduos no entorno do dignitário

45. O que caracteriza a "Segurança em Camadas" na proteção de dignitários?

- a) A utilização de uma única estratégia de segurança para todos os eventos
- b) A implementação de múltiplas medidas de segurança que atuam em diferentes níveis
- c) A formação de uma equipe de segurança que atua apenas em situações de emergência
- d) A dependência exclusiva de tecnologia para garantir a segurança do dignitário
- e) O uso de uma abordagem passiva, aguardando que uma ameaça se materialize antes de agir

46. No contexto da segurança de dignitários, o termo "Threat Assessment" (Avaliação de Ameaças) se refere a:

- a) A análise de comportamentos dos próprios agentes de segurança
- b) A identificação e avaliação da probabilidade e impacto de ameaças potenciais
- c) A criação de um perfil detalhado do dignitário para melhor proteção
- d) O desenvolvimento de sistemas de comunicação para alerta em situações de risco
- e) A realização de simulações de emergência para a equipe de segurança

47. Qual é a principal finalidade do "Planejamento de Contingência" na segurança de dignitários?

- a) Criar um cronograma rígido para todos os deslocamentos do dignitário
- b) Elaborar um conjunto de procedimentos para lidar com emergências imprevistas
- c) Desenvolver um plano de comunicação apenas para uso interno da equipe de segurança
- d) Estabelecer uma lista de convidados para eventos sociais do dignitário
- e) Implementar um protocolo de segurança que não pode ser alterado

48. Considerando as disposições da NR 23 sobre as saídas de emergência, qual das seguintes afirmações é correta?

- a) As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos indicando a direção da saída.
- b) As portas de saída de emergência podem ser fechadas pelo lado externo durante a jornada de trabalho.
- c) A largura mínima das aberturas de saída deve ser de 1,50 m.
- d) Escadas em espiral ou de caracol são permitidas como saídas de emergência em qualquer tipo de estabelecimento.
- e) O sentido de abertura da porta pode ser tanto para o interior quanto para o exterior do local de trabalho.

49. Em uma situação de aquaplanagem, qual a sequência correta de ações que um motorista deve tomar para retomar o controle do veículo com segurança?

- a) Pisar firmemente no freio, girar o volante na direção oposta à derrapagem e acelerar gradualmente.
- b) Soltar o acelerador, manter o volante reto e aguardar a retomada da aderência dos pneus.
- c) Acelerar levemente, girar o volante na direção da derrapagem e frear suavemente.
- d) Frear bruscamente, girar o volante rapidamente para corrigir a trajetória e soltar o freio.
- e) Soltar o acelerador, pisar na embreagem e girar o volante na direção do movimento do veículo.

50. Um motorista se depara com uma situação em que precisa realizar uma frenagem de emergência em uma estrada com pista molhada. Considerando um veículo equipado com ABS (Sistema de Freios Antitravamento) e ESP (Controle Eletrônico de Estabilidade), qual a técnica mais eficaz para maximizar a eficiência da frenagem e manter o controle direcional?

- a) Pressionar o pedal do freio com força moderada e constante, mantendo o volante fixo.
- b) Aplicar a técnica de "bombeamento" do pedal de freio, alternando pressão e alívio rapidamente.
- c) Pressionar o pedal do freio com força máxima e constante, ajustando a direção conforme necessário.
- d) Pressionar o freio gradualmente, aumentando a força ao longo do tempo, e evitar movimentos no volante.
- e) Pressionar o freio e a embreagem simultaneamente, girando o volante na direção oposta à derrapagem.

SEGURANÇA ORGÂNICA

Alexandre Herculano

51. Qual das seguintes alternativas melhor descreve a contramedida de vigilância técnica na atividade de Inteligência?

- a) Estratégias para monitorar a comunicação de indivíduos suspeitos.
- b) Ações para aumentar a segurança cibernética de uma organização.
- c) Métodos para coletar informações secretas de outras agências de inteligência.
- d) Procedimentos para estabelecer parcerias com agentes duplos.
- e) Técnicas para desinformar atores hostis sobre as atividades de inteligência.

52. Em relação ao controle da atividade de Inteligência no Brasil, qual das seguintes afirmações é mais precisa?

- a) O controle é exercido exclusivamente pelo poder executivo, através da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)
- b) O controle parlamentar é realizado pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), composta por membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados
- c) O Judiciário é o único poder responsável pelo controle das atividades de inteligência, garantindo a legalidade das operações
- d) O controle é descentralizado e realizado de forma independente por cada órgão que compõe o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN)
- e) Não existe controle formal das atividades de inteligência no Brasil, sendo estas reguladas apenas por normas internas de cada órgão

53. Uma organização governamental está conduzindo uma análise de risco abrangente. Durante o processo, identifica-se um risco com baixa probabilidade de ocorrência, mas com potencial de impacto catastrófico. Qual das seguintes estratégias de tratamento de risco seria mais apropriada neste cenário, considerando as melhores práticas de segurança institucional e o uso eficiente de recursos?

- a) Aceitar o risco, dado que a probabilidade é baixa, e focar recursos em riscos mais prováveis.
- b) Transferir o risco através de uma apólice de seguro abrangente.
- c) Implementar medidas de mitigação extensivas para reduzir o impacto potencial a níveis aceitáveis, independente do custo.
- d) Desenvolver um plano de contingência robusto em conjunto com medidas de detecção precoce e resposta rápida.
- e) Eliminar completamente a atividade ou processo associado ao risco identificado.

54. Uma empresa multinacional do setor de energia está expandindo suas operações para uma região politicamente instável. O Diretor de Segurança Institucional precisa apresentar uma análise de risco abrangente ao conselho diretor. Qual das seguintes abordagens melhor representa uma análise de risco holística e alinhada com as melhores práticas de segurança institucional neste cenário complexo?

- a) Focar exclusivamente nos riscos físicos às instalações e funcionários, priorizando medidas de segurança patrimonial.
- b) Realizar uma análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) da expansão, enfatizando os aspectos econômicos.
- c) Conduzir uma avaliação multidimensional que integre riscos geopolíticos, econômicos, sociais, tecnológicos, legais e ambientais (PESTLE), incluindo cenários de escalada de conflitos.
- d) Terceirizar a análise de risco para uma consultoria local especializada em segurança física.
- e) Implementar um sistema de gestão de riscos baseado exclusivamente em dados históricos de incidentes na região.

55. Durante uma negociação de alto risco envolvendo reféns, o negociador se depara com um impasse crítico. O perpetrador exige demandas irrealistas e ameaça prejudicar os reféns. Neste cenário, qual abordagem tática seria mais eficaz considerando os elementos operacionais essenciais e os critérios de ação em negociações de crise?

- a) Ceder imediatamente às demandas para garantir a segurança dos reféns.
- b) Utilizar uma tática de pressão psicológica, aumentando a tensão para forçar uma rendição.
- c) Implementar uma estratégia de "dividir para conquistar", negociando separadamente com cada sequestrador.
- d) Adotar uma postura de "negociação baseada em princípios", focando em interesses subjacentes e não em posições.
- e) Simular concordância com as demandas enquanto secretamente prepara uma intervenção tática.

56. No contexto do Uso Progressivo da Força, qual das seguintes afirmações melhor descreve o princípio da proporcionalidade?

- a) O uso da força deve ser sempre mínimo, independentemente da situação.
- b) A força utilizada deve ser proporcional à ameaça percebida e ao objetivo legítimo a ser alcançado.
- c) A proporcionalidade só se aplica ao uso de armas de fogo.
- d) O princípio da proporcionalidade só é relevante em situações de conflito armado.
- e) A proporcionalidade refere-se exclusivamente ao número de agentes envolvidos na ação.

57. Em relação aos níveis de força no modelo de Uso Progressivo da Força, qual das seguintes alternativas representa corretamente a sequência do menor para o maior nível de força?

- a) Presença policial, verbalização, controle de contato, controle físico, táticas defensivas não letais, força letal
- b) Verbalização, presença policial, controle de contato, táticas defensivas não letais, controle físico, força letal
- c) Presença policial, verbalização, controle físico, controle de contato, táticas defensivas não letais, força letal
- d) Verbalização, presença policial, controle de contato, controle físico, força letal, táticas defensivas não letais
- e) Presença policial, controle de contato, verbalização, controle físico, táticas defensivas não letais, força letal

58. Considerando o princípio da legalidade no Uso Progressivo da Força, qual das seguintes situações seria considerada uma violação mais grave deste princípio?

- a) Um policial que usa força física para conter um suspeito que resiste passivamente à prisão.
- b) Um agente que utiliza spray de pimenta contra manifestantes pacíficos sem prévia advertência.
- c) Um policial que efetua um disparo de advertência para o alto durante uma perseguição a pé.
- d) Um agente que aplica uma técnica de imobilização em um suspeito que tenta fugir.
- e) Um policial que utiliza uma arma de fogo contra um suspeito desarmado que se recusa a se render.

59. Em um complexo industrial de alta segurança, qual combinação de tecnologias ofereceria a melhor proteção contra intrusões, considerando a relação custo-benefício e a minimização de falsos alarmes?

- a) CFTV com análise de vídeo, sensores de movimento infravermelhos e cercas eletrificadas
- b) Câmeras térmicas, sensores sísmicos e sistema de reconhecimento facial
- c) Drones de vigilância autônomos, detectores de metal e barreiras de micro-ondas
- d) Sensores LiDAR, câmeras de espectro completo e sistema de detecção de vibração em fibra óptica
- e) Radar de vigilância terrestre, câmeras PTZ e sensores de quebra de vidro acústicos

60. Uma empresa multinacional está implementando um sistema de controle de acesso biométrico em sua sede. Qual das seguintes opções representa a abordagem mais segura e eficiente para este cenário?

- a) Reconhecimento facial 3D combinado com autenticação de dois fatores via smartphone
- b) Escaneamento de retina associado a cartões RFID criptografados
- c) Reconhecimento de íris multi-espectral integrado com análise comportamental
- d) Impressão digital multimodal com verificação de padrões vasculares da palma
- e) Reconhecimento de voz em conjunto com análise de marcha

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araújo

61. No dia 20.06.2024, Fabiano, 21 anos, induziu Beatriz, moça de 13 anos, a se automutilar, afirmando que seria uma prova de amor. Beatriz, apaixonada, utilizou uma faca de cozinha para provocar diversos cortes no próprio corpo. Um dos cortes, porém, atingiu uma área vital, de forma que Beatriz veio a falecer em razão do ferimento.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que Fabiano deverá:

- a) responder pelo crime de homicídio, qualificado por ter sido praticado contra menor de 14 anos.
- b) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma simples, em concurso com homicídio culposo.
- c) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma simples, apenas.
- d) responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, em sua forma qualificada.
- e) responder pelo crime de lesão corporal seguida de morte.

62. Em uma festa organizada por alunos de uma Faculdade, Diego percebeu que Virgínia ingeria bebida alcoólica e, aproveitando-se de uma distração da estudante, colocou substância psicoativa no copo de Virgínia. Ao ingerir a substância, a moça acabou adormecendo e Diego, então, aproveitou-se disso para subtrair a bolsa e o aparelho celular da vítima.

Nesse caso, é correto afirmar que Diego praticou crime de:

- a) furto qualificado pela destreza
- b) furto qualificado pela fraude
- c) furto simples
- d) roubo próprio
- e) roubo impróprio

63. José e Pedro, munidos de uma arma de fogo, abordaram Ricardo quando este saía de um bar no Distrito Federal. Após a abordagem, exigiram que a vítima entrasse no veículo dos infratores e fosse com eles até vários caixas eletrônicos e realizasse diversos saques nos terminais de autoatendimento, mediante o uso de cartão e senha. Cerca de 3h depois, já tendo obtido um total de R\$ 4.500,00 da vítima, os infratores libertaram Ricardo às margens da Rodovia BR-040.

Nesse caso, é correto afirmar que os agentes praticaram crime de:

- a) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, sem majoração
- b) roubo qualificado
- c) extorsão qualificada pela restrição da liberdade da vítima, majorado de um terço à metade
- d) roubo majorado pela restrição da liberdade da vítima, apenas
- e) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e pela restrição da liberdade da vítima

64. Genaro, agente da polícia judicial, informou ao advogado Carlos que o expediente forense já havia terminado e que, portanto, não seria possível o ingresso no prédio da Justiça Federal, sendo permitido o acesso apenas à área destinada ao plantão judiciário. O advogado, revoltado, disse que entraria assim mesmo e tentou passar pelo agente, que teve que fazer uso moderado da força para impedir o acesso do advogado. Já imobilizado, Carlos insultou Genaro, chamando-o de “lixo” e “bostinha”.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que Carlos praticou:

- a) crime de resistência, apenas
- b) crimes de resistência e desacato
- c) crimes de desobediência e desacato
- d) crime de desacato, apenas
- e) fato atípico, pois os agentes públicos em geral estão mais expostos ao escrutínio e à crítica dos

cidadãos, de forma que deles se exige maior tolerância à reprovação e à insatisfação, razão pela qual não foi recepcionada pela Constituição de 1988 a norma do art. 331 do Código Penal, que tipifica o crime de desacato, conforme entendimento mais recente do STF.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

65. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa incorreta.

- a) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, ou, ainda, por mero capricho ou satisfação pessoal.
- b) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- c) Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.
- d) As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo mais questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal.
- e) Não faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

66. Um agente público foi condenado pelo crime de abuso de autoridade e a pena privativa de liberdade foi substituída por uma pena restritiva de direito.

De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, assinale a alternativa que traga uma pena restritiva de direito de acordo com a lei mencionada.

- a) Reclusão
- b) Prisão simples
- c) Detenção
- d) Multa
- e) Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.

67. Dois indivíduos praticaram uma injúria racial contra um servidor público federal do TRF1^a. Com base nessa situação hipotética e de acordo com a Lei nº 7716/1989, marque a alternativa correta que traga a causa de aumento de pena para a injúria racial praticada em concurso de pessoas.

- a) 1/3
- b) 1/6
- c) 1/2
- d) 2/3
- e) 1/4

68. Anderson, primário, de bons antecedentes, foi denunciado por furto simples, sendo que, em audiência de instrução, o Promotor de Justiça ofereceu o benefício da suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89, da Lei nº 9.099/1995. A suspensão condicional do processo

- a) não pode prever a reparação do dano pelo agente e nem o comparecimento em juízo.
- b) destina-se a crimes em que a pena mínima cominada foi igual ou inferior a 3 anos.
- c) tem como condições a proibição de frequentar determinados lugares e o comparecimento mensal em juízo.
- d) exige que o agente tenha confessado formal e circunstancialmente a prática do delito.
- e) destina-se a crimes em que a pena mínima cominada foi igual ou inferior a 2 anos.

69. Saulo se desentendeu, na fila do caixa de um supermercado, com outra consumidora, Viviane, que estava no 8º mês de gestação, e lhe desferiu um fortíssimo soco no rosto. Em razão do golpe, Viviane perdeu o equilíbrio e caiu com a barriga no chão. Ao ser levada ao hospital, foi constatado que Viviane apresentava lesão leve na face, mas que havia perdido o bebê em decorrência da queda. Considerando o estado gravídico evidente de Viviane, a conduta praticada por Saulo configura o crime de:

- a) lesão corporal seguida de morte;
- b) lesão corporal qualificada pelo aborto;
- c) aborto na modalidade dolo eventual, apenas;
- d) aborto culposo, ficando a lesão corporal absorvida;
- e) lesão corporal leve em concurso formal com aborto na forma culposa.

70. Acerca dos crimes patrimoniais, é correto afirmar que:

- a) admite-se a continuidade delitiva entre roubo e extorsão, porquanto crimes da mesma espécie;
- b) o crime de furto não se consuma quando, após invertida a posse, o agente é perseguido pela autoridade ou pela própria vítima e o bem é reavido;
- c) o crime de extorsão mediante sequestro é material e somente se consuma com o efetivo pagamento da vantagem como condição ou preço do resgate;
- d) diferenciam-se roubo e extorsão pelo grau de colaboração da vítima: no roubo, a participação da vítima é indispensável para a obtenção da vantagem; na extorsão, o grau de participação da vítima é irrelevante para a consecução do objetivo;
- e) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse desvigiada.

LEGISLAÇÃO INTERNA
(RESOLUÇÕES 435/21, 383/21 E 344/20)

Fábio Ramos

71. Considerando a Resolução 435/2021, a política nacional de segurança do Poder Judiciário é regida pelos seguintes princípios:

- I – preservação da vida e garantia dos direitos e valores fundamentais do Estado Democrático de Direito e autonomia, independência e imparcialidade do Poder Judiciário.
- II – atuação corretiva e posterior, buscando a neutralização de ameaças, violências e quaisquer outros atos hostis contra o Poder Judiciário;
- III – efetividade da prestação jurisdicional e garantia dos atos judiciais, integração e interoperabilidade

dos órgãos do Poder Judiciário com órgãos de estado e instituições de segurança e inteligência.

IV – gestão de riscos voltada à proteção dos ativos dos três Poderes.

Assinale quais princípios não estão de acordo com a Resolução 435/2021:

- a) Somente I e II
- b) Somente II e III
- c) Somente III e IV
- d) Somente I e III
- e) Somente II e IV

72. São diretrizes da política nacional de segurança do Poder Judiciário, exceto:

- a) fortalecer a atuação do CNJ na governança das ações de segurança institucional do Poder Judiciário, por meio da identificação, avaliação, acompanhamento e tratamento de questões que lhe sejam afetas.
- b) proteger grupos vulnerabilizados, produzir decisões e políticas judiciais que rejeitem todas as formas de violência, protejam direitos constitucionais e contribuam para a construção de uma sociedade sustentável.
- c) buscar permanentemente a qualidade e a efetividade da segurança institucional do Poder Judiciário.
- d) incentivar a integração das unidades de segurança institucional e o compartilhamento de boas práticas entre os órgãos do Poder Judiciário, bem como com órgãos de estado e outras instituições de segurança e inteligência.
- e) orientar a elaboração de atos normativos que promovam a modernização da segurança institucional do Poder Judiciário.

73. Considerando a Resolução 435/2021, quanto aos dispositivos relacionados ao Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e seu Comitê Gestor, assinale a assertiva incorreta:

- a) O SINASPJ é coordenado pelo seu comitê gestor, regido pelos princípios e diretrizes da política nacional de segurança do Poder Judiciário e voltado à execução de medidas, protocolos e rotinas de segurança institucional.
- b) Os órgãos que constituem o SINASPJ devem atuar de forma integrada para a implementação da política nacional de segurança do Poder Judiciário.
- c) O planejamento, a proposição, a coordenação, a supervisão e o controle das ações do SINASPJ cabem ao plenário do CNJ.
- d) Os tribunais poderão apresentar propostas para a elaboração dos programas que farão parte do SINASPJ.
- e) O comitê gestor, constituído no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, é integrado, entre outros, por: um conselheiro(a) designado(a) pelo(a) presidente do CNJ, que o presidirá e o(a) secretário(a)-geral do CNJ, que substituirá o(a) presidente nas ausências e impedimentos.

74. Levando em consideração o CAPÍTULO VI da Resolução 435/2021 “DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DOS CONSELHOS E TRIBUNAIS”, analise as assertivas abaixo:

- I - controle de acesso e fluxo em suas instalações, obrigatoriedade do uso de crachás e instalação de sistema de monitoramento eletrônico das instalações e áreas adjacentes.
- II - instalação de pórtico detector de metais e catracas, aos quais devem se submeter todos(as) que acessarem as dependências, ainda que exerçam cargo ou função pública, ressalvados(as) os(as) magistrados(as), os(as) integrantes de escolta de presos e os(as) agentes ou inspetores(as) da polícia judicial que tenham lotação ou sede de seus cargos e funções nas dependências dos respectivos conselhos e tribunais.

III - instalação de equipamento de raio X e instalação de agências bancárias e caixas eletrônicos com a prévia análise técnica da unidade de segurança institucional, em conjunto com o órgão regulador da respectiva instituição financeira.

Está correta:

- a) Somente a assertiva I
- b) Somente a assertiva II
- c) Somente a assertiva III
- d) Somente a assertiva I e II
- e) Somente a assertiva II e III

75. Os tribunais superiores, conselhos, tribunais de justiça, regionais federais, do trabalho, eleitorais e militares, no âmbito de suas competências, adotarão as seguintes medidas de segurança, exceto:

- a) policiamento ostensivo com inspetores(as) e agentes da polícia judicial, sem a atuação do serviço de vigilância privada, nas áreas de interesse dos conselhos e tribunais e adjacências.
- b) vedação do recebimento de armas em fóruns, salvo excepcionalmente para exibição em processos e apenas durante o ato.
- c) disponibilização de veículos blindados, inclusive os apreendidos, aos(às) magistrados(as) em situação de risco real ou potencial, bem como de serviço de escolta, após avaliação pelas comissões permanentes de segurança.
- d) disponibilização de armas de fogo para magistrados(as), inspetores(as) e agentes da polícia judicial, conforme a legislação vigente.
- e) criação de grupos especiais de segurança, com a incumbência de executar atividades de policiamento especializado, para a proteção de magistrados(as), servidores(as) e usuários(as) de suas dependências, com o emprego de técnicas especiais e protocolos de segurança próprios.

76. De acordo com dispositivos contidos na resolução 435/2021, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os(As) integrantes da segurança institucional, independentemente de lotação em 1ª ou 2ª instância, poderão atuar conjuntamente nas situações que assim o recomendem, desde que constatada a necessidade pelas comissões permanentes de segurança.
- b) Os conselhos e tribunais deverão instituir unidades de inteligência de segurança institucional para fins de cumprimento do contido no art. 3ª.
- c) Os conselhos e os tribunais poderão designar magistrado(a) como gestor(a) da unidade de inteligência dos seus respectivos órgãos, sem prejuízo da chefia exercida por servidor(a) com notório saber nessa área especializada.
- d) Os tribunais elaborarão propostas orçamentárias que contemplem o gradativo cumprimento da presente Resolução.
- e) Os tribunais e conselhos deverão requisitar, sem prejuízo das demais providências inerentes às suas competências e prerrogativas, às polícias da União, dos Estados e do Distrito Federal, e demais órgãos de estado, o auxílio de força e a prestação de serviço de proteção a membros do Poder Judiciário em situação de risco.

77. De acordo RESOLUÇÃO 383/2021 Integram o SInSIPJ, Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário como órgãos de cúpula:

- I – Conselho Nacional de Justiça, órgão central e de coordenação e Conselho da Justiça Federal
- II – Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar e Tribunal Superior do Trabalho
- III – Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Tribunais de Justiça Militar dos Estados.
- IV - O Supremo Tribunal Federal, O Superior Tribunal de Justiça e Superior Tribunal Militar.

Estão CORRETOS:

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

78. A resolução nº 383, de 25 de março de 2021 cria o sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e dá outras providências. Com relação a sua atuação, analise as afirmativas a seguir:

- I – análise preliminar e sistemática de situações de interesse da segurança institucional, a fim de propor medidas para garantir o pleno exercício das funções do órgão;
- II – avaliação de riscos, para subsidiar o planejamento e a implementação de medidas para segurança do órgão;
- III – identificação de vulnerabilidades e ameaças virtuais que afetem a segurança dos magistrados e, comprovadamente, o livre exercício da magistratura.
- IV – realização de estudos de inteligência sobre cenários criminais que produzam ameaças reais ou virtuais e potenciais aos ativos ou que possam afetar a independência e autonomia do Poder Judiciário.

Está incorreto o que se afirma em :

- a) I e III apenas.
- b) II e IV apenas.
- c) I e III e IV apenas.
- d) II, III e IV apenas.
- e) I, II e III apenas.

79. Quanto aos dispositivos contidos na Resolução 344/2020, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os presidentes dos tribunais respondem pelo poder de polícia administrativa do tribunal, cujo exercício se dará por eles, pelos magistrados que presidem as turmas, sessões e audiências, e pelos agentes e inspetores da polícia judicial, podendo estes e aqueles, quando necessário, requisitar a colaboração de autoridades externas.
- b) Os cargos de Analista e Técnico Judiciário, Área Administrativa –Especialidade Segurança ou Segurança e Transporte, do Poder Judiciário da União, passam a ser nominados, respectivamente, Analista Judiciário e Técnico Judiciário, Área Adm. – Especialidade Inspetor da Polícia Judicial e Agente da Polícia Judicial.
- c) No âmbito dos Estados, aos(às) servidores(as) cujas atribuições estejam relacionadas às funções de segurança, sugere-se a adoção de denominação similar à empregada pelos tribunais da União, respeitadas as previsões legais em sentido diverso.
- d) O exercício do poder de polícia administrativa se destina a assegurar a boa ordem dos trabalhos do tribunal, a proteger a integridade dos seus bens e serviços, bem como a garantir a incolumidade dos(as) magistrados(as), servidores(as), advogados(as), partes e demais frequentadores das dependências físicas dos tribunais, em todo o território nacional.
- e) Havendo a prática de infração administrativa e penal nas dependências físicas do tribunal envolvendo pessoa sujeita à sua jurisdição, o presidente poderá, proceder a instauração de inquérito policial, instaurar procedimento administrativo apuratório preliminar, ou delegar tal função a outra autoridade competente.

80. Em conformidade com a resolução 344/2020, são atribuições dos agentes e inspetores da polícia judicial, assegurado o poder de polícia:

- I – executar a escolta armada e motorizada de pessoas e bens, provas e armas apreendidas em procedimentos judiciais, quando demandado por magistrados e executar escolta armada e segurança pessoal de magistrados e servidores em situação de risco, quando determinado pela presidência do tribunal.
- II – atuar como força de segurança, realizando policiamento ostensivo e investigativo nas dependências do tribunal e onde quer que ela se faça necessária e sempre que determinado pela presidência do tribunal realizar investigações em conjunto com autoridade policial com interesse institucional.
- III – controlar, fiscalizar e executar atividades de prevenção e combate a incêndios, sem prejuízo da cooperação com os órgãos e instituições competentes, realizar ações de atendimento em primeiros socorros nas dependências do tribunal e fazer a condução e segurança de veículos em missão oficial.

Está incorreto o que se afirma em :

- a) Somente em I
- b) Somente em II
- c) Somente em III
- d) Somente em I e II
- e) Somente em I e III

Discursiva

A Responsabilidade Coletiva na Preservação do Meio Ambiente: o Combate às Queimadas e a Preservação da Natureza no Brasil

As queimadas, especialmente na Amazônia e no Cerrado, têm sido uma questão ambiental crítica no Brasil, causando devastação em larga escala. Além de prejudicar a biodiversidade e alterar os ecossistemas, esses incêndios contribuem para o aumento das emissões de gases de efeito estufa e comprometem a saúde das populações locais. Diante desse cenário, surgem debates sobre a responsabilidade tanto do governo quanto da sociedade na preservação da natureza e no combate a essas práticas destrutivas.

Considerando o papel dos governantes na formulação de políticas públicas eficazes, bem como a conscientização e o engajamento da sociedade civil, discuta como a preservação do meio ambiente e o combate às queimadas podem ser mais eficazes no Brasil. Avalie as ações de preservação já adotadas e sugira medidas para um futuro sustentável.

Instruções:

- A discussão deve abordar a responsabilidade dos governantes na criação e implementação de políticas ambientais eficazes.
- Avalie o papel da sociedade na preservação da natureza e no combate às queimadas.
- Proponha soluções para a redução das queimadas e para a preservação dos ecossistemas ameaçados no Brasil.

Desenvolva sua argumentação com base em dados, exemplos e soluções concretas, apresentando uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
